

Fernando Henrique aponta saídas para a crise

O Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), em discurso pronunciado na semana finda, ao lado da posição política que assumiu afastando-se da liderança do governo, definiu "um itinerário" para a saída da atual crise nacional. Apontou-o como alternativa "ao invés de masoquismo das 'culpas generalizadas' (isto é, de culpar-se o Presidente, os Ministros, a Aliança Democrática e seus líderes, os que não foram capazes de uma oposição forte e conseqüente, os formadores de opinião pública) pois ninguém, mas ninguém mesmo entre os 'donos do poder' está isento de culpa".

A importância de seu diagnóstico pode ser avaliada na apresentação das três opções como "requisitos básicos para que o Brasil continue a desenvolver-se:

1 — integrar-se, soberanamente, na economia internacional e desenvolver o "espírito de empresa";

2 — optar pela modernização das relações entre Estado, Empresa e sociedade. Para isto, além da valorização de uma política educacional e científica que forme cidadãos e desenvolva a criatividade tecnológica e social, é necessário delimitar com clareza as áreas de investimento público e as formas de cooperação entre este e o setor privado, assegurando-se as condições de reprodução para o capital nacional e de cooperação com o investimento externo, sem xenofobias nem submissões;

3 — optar pela democracia social, que tem como precondição a modernização do Estado, a partir de uma reforma profunda do aparelho burocrático para aumentar sua eficiência, permitindo que a

ação do Governo seja isenta de populismo e venha carregada, de fato, da vontade de melhorar as condições de vida do povo".

Na longa análise sobre a economia nacional integrante de seu discurso, o Senador Fernando Henrique começou com a pergunta "o que mais angustia hoje o Brasil em termos do seu futuro? O que subordina tudo o mais?".

E ele constata:

"A angústia maior deriva da postergação cansativa e já insuportável sobre como nos integraremos no mundo contemporâneo (que já está moldando o futuro) e que tipo de sociedade construiremos. Explico-me. É preciso tirar as consequências práticas do fato de sermos a 8ª economia industrializada do Mundo e definir as diretrizes pelas quais optaremos. Por quê? Porque dispoñdo o Brasil de uma economia industrial, ou ele se integra no sistema mundial através do desenvolvimento da tecnologia (e da ciência, obviamente), ou, como se diz hoje, 'sucateia' seu parque produtivo."

"A política industrial hoje significa modernização e não mero protecionismo. Essa é uma verdade que precisa ser ressaltada e apoiada por todos os setores esclarecidos do País."

"No momento em que a Europa integra seu mercado através de uma multiplicidade de 'joint ventures' com a União Soviética (inclusive com o gasoduto), em que a China se 'ocidentaliza', o Japão já é parte do mundo 'ocidental' e os Estados Unidos formam o grande mercado na América do Norte, juntamente com o Canadá e o México, o Brasil não pode isolar-se, de forma anacrônica, por meio de

um processo ultrapassado de autarquia, com o risco de tornar-se um grande Camboja. Não se trata apenas de desenvolver vínculos maiores com o mercado internacional (que, no nosso caso, quer dizer Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão, América Latina e África) mas de definir soberanamente nossa inserção no "sistema produtivo internacionalizado". E trata-se sobretudo da construção de uma sociedade que, se tem na empresa uma de suas molas, tem na organização da sociedade civil, com seus reclamos de cidadania — igualdade e liberdade — seu mecanismo fundamental. Empresa, nesse sentido, quer dizer: organização, tecnologia (portanto, criatividade) e um certo espírito de risco que só a competição assegura. A empresa pode ser privada, pública ou mesmo comunitária. Mas terá de pautar-se por estas características para ser moderna. Pode visar ao lucro por si ou tê-lo como parâmetro de racionalidade para sustentar políticas sociais. Pode até mesmo estar fora do mercado, pois hoje, tudo, mas tudo mesmo (até um partido político, um sindicato ou uma igreja) para ser moderno, depende de organização, criatividade, competitividade e de risco."

"Há dois riscos polares nesta questão: se o País não se integra à economia global, sofre a 'cambojização'; se o faz sem soberania das decisões, passa a ser reserva de mercado dependente dos centros mundiais de poder."

"Não obstante ser este o dilema crucial do Brasil, ele quase não se fez presente nos debates constitucionais. Toda a disputa amesquinhou-se no ataque dos conserva-

dores ao "social" — às vezes confundido, de fato, por setores progressistas com o cartorialismo e com o populismo — e na defesa de uma vaga "iniciativa privada", também esta pronta a abastardar-se, seja por defender o "atraso" como se fosse "conservadorismo", seja pelo conflito com o Estado para garantir benesses fora da concorrência."

"Ora, se estivermos dispostos a essa 'globalização soberana' haverá que dar lugar de proa tanto ao desenvolvimento científico como ao 'desenvolvimento político', entendendo-se que só há democracia moderna sem populismo, sem que se pense nos 'direitos' e 'regalias' a serem concedidos pelo Estado independentemente do crescimento da produção, mas com muita ênfase no social."

"Infelizmente, em nosso debate atual perdemos-nos frequentemente no arcaísmo. Os 'progressistas' defendem o populismo e os 'conservadores', o atraso. De igual modo, enquanto os primeiros acabam por reduzir suas expectativas quanto à ação modernizadora do Estado à manutenção (e às vezes ampliação) do 'monopólio estatal' ou do monitoramento do mercado pelo Governo, os últimos vêm em cada ação do Estado — às vezes indispensável — uma "ameaça à iniciativa privada".

"Digamos com clareza: é certo — e não vezo da 'direita' — que precisamos regulamentar menos e emagrecer o Estado para torná-lo mais eficiente para que ele possa pagar melhor a funcionários mais bem treinados, capazes de atender não apenas às demandas das empresas, mas principalmente às da

sociedade."

"Detenhamo-nos um pouco mais na questão da implantação de uma democracia social. Como se não bastassem os sinais de "desgoverno" ao nível do Estado, também a sociedade manifesta traços inequívocos de anomia. Em certas áreas do País — especialmente nas grandes concentrações urbanas — vive-se um clima de "guerra civil" larvar. Só que sem objetivos políticos. Não se trata da Revolução, esperada por alguns setores, nem mesmo da sublevação às cegas que a miséria às vezes propicia. Trata-se da existência de áreas nas quais a contravenção, o tráfico de drogas e o crime organizado, ao lado da ladroagem, do desespero a que o desemprego leva e da desorganização da sociedade maior, acabam por criar sua própria "lei".

"O espetáculo dos morros e favelas do Rio-de-Janeiro, mais armados do que a própria polícia, de delegacias que têm que ser vigiadas pela Polícia Militar para evitar roubos, dos assaltos incessantes em São Paulo, das zonas de garimpo nas quais quando o Estado quer impor-se ele próprio assassina, como em Serra Pelada, do contrabando nas fronteiras, da violência rural como no Bico do Papagaio, dos presídios que se transformam em escolas de crime, que são isolados à força do resto da sociedade e onde vicejam os motivos controlados a bala, tudo isto é deplorável e perigoso porque é demonstração cabal da existência de um processo de anomia social."

"No fundo, portanto, é esta a grande opção: ou o Brasil se desenvolve economicamente, o Estado se moderniza e o País opta por

políticas sociais e econômicas que redistribuem a renda e aumentem o bem-estar do povo, ou vira, não mais a "Belíndia" — a pequena "Bélgica" do Sul encravada no coração da "Índia" do Nordeste — mas uma Nigéria despedaçada entre suas regiões desigualmente desenvolvidas, ostentando a miséria de Bangladesh e mantendo os objetivos do Camboja, dos Khmer Vermelhos que queriam isolar-se do Mundo."

"É fácil cotejar as propostas e ver que em inúmeros pontos, por medo da xenofobia, cai-se no "laissez-faire" ineficaz (e vice-versa) e por medo da participação popular volta-se à proposta de uma democracia representativa sem presença de forças inovadoras de integração entre a sociedade e o Estado; por medo do estatismo recusa-se a ação do Estado onde ela é indispensável. E o que é triste, coincidem ambas as propostas onde não deveriam: no populismo pseudo-redistributivista e na manutenção de aspectos corporativos altamente nocivos à modernização do País. Existe esta coincidência melancólica no que se propõe para os sindicatos, na defesa de regulamentações excessivas, na proteção de categorias especiais de serviços e de profissionais, no corporativismo larvar, em suma."

"É preciso que o País dê o passo: descentralizemos o poder; fortaleçamos os municípios e os estados, através de uma adequada reforma tributária como a que o projeto constitucional propõe e, sobretudo, não "submetamos" o Executivo ao Legislativo, mas criemos formas e mecanismos de governo que solidarizem ambos ramos do poder democrático."